



## **O LUGAR DO PROEJA NO IFBA CAMPUS SANTO AMARO A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOCENTE**

**Suélen Gonçalves P da Silva <sup>1</sup>; Cristiane de Almeida Vieira da Silva <sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Mestranda em políticas públicas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente do Curso de Licenciatura em Computação/IFBA –Campus Santo Amaro. E-mail: sgqp@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Educação. Docente do Curso de Licenciatura em Computação/IFBA – Campus Santo Amaro. Membro do GIPFCH. E-mail: cristianegomes@ifba.edu.br

### **EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS PÚBLICAS A EJA NA PERSPECTIVA DO MUNDO DO TRABALHO**

#### **RESUMO:**

Este trabalho tem por objetivo apresentar o lugar do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) a partir da percepção docente, através da análise dos documentos oficiais (leis, portarias, decretos, dados divulgados, projetos pedagógico e institucional) e entrevistas realizadas com os professores atuantes do (no) PROEJA- IFBA/ Campus Santo Amaro. As análises perpassaram a relação entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e os Institutos Federais (IF) a fim de contribuir com os estudos sobre EJA no país. Os professores relataram que um dos grandes desafios é oferecer uma aprendizagem crítica e significativa já que dentre os 18 professores que atuam na modalidade nenhum deles tiveram formação específica para a EJA e sentem-se inseguros na aplicação metodológica adequada. Relatam que a forma de acesso por meio de uma redação afasta o real perfil do público ao qual se destina a política. Afirmam que 80% dos alunos já possuem o ensino médio completo e inserem-se no curso visando melhor qualificação.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; PROEJA; Percepção docente; Formação docente

#### **INTRODUÇÃO:**

Tendo iniciado a pesquisa em 2014 e buscando compreender a visão que esses professores têm sobre PROEJA, procurou-se compreender a integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e os marcos legais que instituíram o PROEJA. Tendo em vista o contexto da EJA em Santo Amaro, analisar as questões que perpassam esta modalidade no que tange ao atendimento dessa demanda no segmento da educação profissional pelo IFBA do município apresenta-se de forma latente, pois “embora as motivações para que jovens e adultos participem de programas formativos



sejam múltiplas e não necessariamente instrumentais, a melhoria profissional e ocupacional é o motivo declarado da maioria dos estudantes” (DI PIERRO, JOIA, RIBEIRO, 2001, p.72).

De acordo com dados fornecidos pelo SETEC/MEC sobre o número de matrículas, realizado em 2012, no último levantamento, o PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica na região Nordeste apresenta um total de 41.142 estudantes. Os dados evidenciam que na região Nordeste há demanda por este tipo de oferta de educação e alto número de matrícula neste período. Entretanto, atualmente, na Bahia, somente os campus Santo Amaro do IFBA continuam a oferecer o PROEJA.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, instituído pelo Decreto no 5.840, de 13 de julho de 2006, é uma política pública que orienta a unificação de ações de profissionalização (nas categorias formação inicial e continuada de trabalhadores e Educação Profissional Técnica de Nível Médio) à educação geral (no nível fundamental e médio), desenvolvida na modalidade consagrada a jovens e adultos (MACHADO, 2006).

É preciso destacar que a proposta do curso PROEJA é que ele seja realizado prioritariamente através dos institutos federais ou poderá ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (“Sistema S”), além das articulações interinstitucionais ou intergovernamentais.. Essa realidade denota, em seu processo de execução dificuldades operacionais, uma vez que o curso é realizado em instituições sem histórico com a formação de EJA, que possuem estruturas e, inclusive propostas pedagógicas diferentes. Apesar de algumas iniciativas em campus isolado dos CEFETs no campo da EJA, ainda desarticuladas da educação profissional, a rede federal não possuía professores formados para atuar no ensino médio propedêutico da EJA, quanto mais no ensino médio integrado à educação profissional. É importante assim, reconhecer os desafios que se estabelecem para a consolidação de uma proposta de integração curricular, buscando compreender em seus projetos pedagógicos as interfaces ou não dessa integração curricular.



A criação do PROEJA tenta superar o modelo de educação oferecida aos jovens e adultos dentro de uma perspectiva restrita de suplência a escolaridade perdida através do aligeiramento dos processos educacionais que na maioria das vezes eram acompanhados de baixa qualidade.

Regido pelo decreto que institui o PROEJA, os Institutos Federais apresentam-se com a obrigatoriedade de oferecimento da modalidade de EJA com o enorme desafio da inexperiência e da urgente necessidade de capacitação docente, suporte administrativo, e um currículo integrado que atenda as características da EJA; Para Machado (2006):

O PROEJA se estabelece e ganha significação no contexto de mudança paradigmática e de busca de universalização da educação básica, de ampliação das oportunidades de qualificação profissional e de perspectivas de continuidade de estudos em nível superior a um público portador de escolaridade interrompida, fator limitador das chances de melhor inserção na vida social e no mundo do trabalho. (MACHADO, 2006, p. 38)

O PROEJA, traz consigo todos os debates do conceito de educação profissional construído e perpetuado no Brasil. Tradicionalmente temos a educação profissional destinada às camadas populares e do outro o ensino propedêutico para as classes médias. A tentativa reparadora do programa evidencia o reconhecimento de exclusão educacional por uma parcela da população e o desafio de supera-la por meio da instrumentalização para o trabalho.

Continuar os estudos e descobrir a possibilidade de melhores condições de vida por meio do trabalho configura-se como essencial para um público que, de acordo com Santos (2006), é definido como um(a) aluno/a aluna que foi expulso(a) da escola regular ou a ela não chegou. Está fora da idade considerada “certa”; na maioria das vezes é um aluno/uma aluna que trabalha, não tendo tempo disponível, principalmente no que os professores consideram como tempo ideal para aprofundar seus estudos.

A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino que deve se expressar como espaço de construção e de valorização de conhecimentos já trazidos pelo sujeito, privilegiando o acolhimento e os interesses desses jovens ou adultos, que retornam à escola para dar continuidade a sua escolarização. Sob esse prisma, oferecer um ensino médio integrado a educação profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos pode apresentar-se



como um potencializador de significado aos milhares de jovens e adultos que tiveram o direito negado durante uma idade difundida como "idade apropriada". As intenções descritas no PROEJA apontam para uma articulação da educação básica com a educação profissional e o mundo do trabalho como tentativa de garantir o direito de acesso e sucesso da educação básica a todos.

Muitas críticas existem em torno do direcionamento do programa para o eixo de capacitação para o trabalho. Dentre os aspectos apontados está a possibilidade de uma formação que vise o atendimento somente ao mercado de trabalho e esquecendo-se do aspecto primordial e norteador que deveria guiar todas as ações da Educação de Jovens e Adultos que é o caráter humanizador e crítico.

Traçando um breve panorama histórico do PROEJA temos o decreto nº. 2.208/1997 que determina a separação entre o ensino médio e a educação profissional técnica, e sua revogação pelo decreto nº. 5.154/2004 que permite a integração entre os mesmos. A partir em 13 de julho 2006, o Decreto nº 5.478/2005, foi substituído pelo Decreto nº 5.840, que instituiu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e todas as instituições federais deveriam a partir de 2006 oferecer e reservar 10% do total das vagas para cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade EJA. Por meio da substituição, o programa passa a abranger a formação inicial e continuada de trabalhadores do Ensino Fundamental (PROEJA – FIC – Formação Inicial e Continuada), além da educação profissional técnica de nível médio. Além disso, o programa passa a ser oferecido também por instituições públicas estaduais e municipais e entidades privadas vinculadas ao —Sistema S que é formado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social de Transporte (SEST); Serviço Nacional de Aprendizagem Agrícola (SENAR); Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).

Visando dar celeridade no processo de implantação do PROEJA, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação realizou várias oficinas pedagógicas com o objetivo de capacitar gestores e propor análises e reflexões sobre o programa trazendo mudanças significativas como:



1. Ampliação da carga horária
2. Ampliação dos espaços educacionais, incluindo então as redes estaduais e municipais.
3. Ampliação do programa ao ensino fundamental

Segundo o artigo 1º do decreto Nº 5.840, DE 13 DE JULHO DE 2006.:

Art. 1o Fica instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, conforme as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

§ 1o O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional:

I - formação inicial e continuada de trabalhadores; e

II - educação profissional técnica de nível médio.

§ 2o Os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados:

I - ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores, nos termos do art. 3o, § 2o, do Decreto no 5.154, de 23 de julho de 2004; e

II - ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, nos termos do art. 4o, § 1o, incisos I e II, do Decreto no 5.154, de 2004

Dentre as ações que foram desencadeadas a partir das diretrizes destacam-se os cursos de especialização voltados à formação de profissionais para atuarem no PROEJA e formação de agentes de pesquisa multiplicadores. Apesar desses avanços, alguns entraves são detectados e nesse sentido, Oliveira e Cesarino (2008,p. 15,16) referindo-se à percepção da comunidade em relação aos sujeitos da EJA, afirmam:

Há necessidade de se romper com os estigmas produzidos em relação aos alunos da EJA considerados sem preparo, sem base, sujeitos que ameaçam a tradição de excelência da escola, que deve estar alerta para a forma como a inclusão desses sujeitos vêm sendo feita, de forma a evitar que sejam produzidas novas exclusões dentro do próprio sistema.

O decreto ainda acrescenta que os cursos de PROEJA deverão atender as necessidades e características locais e regionais fortalecendo o desenvolvimento sócio, econômico e cultural da região ao qual se insere o programa.

Em 2007 o Governo Federal lança o Documento Base com o objetivo de orientar a construção do projeto político-pedagógico dos cursos PROEJA.



Os documentos que embasam o PROEJA trazem a perspectiva de formação integral do discente, dando a ele possibilidade de compreender a realidade ao qual esta inserido e do mundo do trabalho, não somente para atender as exigências de mercado.

O PROEJA foi criado com o objetivo de ofertar de forma integral a educação profissional e tecnológica na modalidade EJA. Porém faz-se necessário pensar esta oferta de forma efetiva e eficiente atrelada à garantia de formação pedagógica do corpo docente atuante no programa, já que OS Institutos Federais apresenta pouca experiência no oferecimento da modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Também é necessário um processo seletivo que de oportunidade ao público ao qual a política se destina e que foi excluído de sua trajetória escolar *regular*, que evadiu ou nunca teve acesso a escola e mecanismos que deem possibilidade de permanência destes discentes, visto que a evasão ainda é bastante significativa.

Esse perfil causa certo estranhamento aos docentes dos IFs. Porém, como em toda instituição escolar, os processos pedagógicos pressupõem as relações que perpassam os eixos entre o conhecimento e o poder e que acabam refletindo em algumas práticas de ritos e mitos na instituição. Algumas dessas regras informais e não ditas, compõem na instituição alguns elementos mais poderosos que algumas regras explícitas. Trata-se de perceber que a proposta do PROEJA representa uma conquista necessária e um avanço na esfera educacional de jovens e adultos no Brasil, portanto, é preciso destacar a relevância da percepção docente sobre o curso, bem como a elaboração de seus planos e sua efetiva prática como elementos propulsores do sucesso desta política e visando superar os desafios da sua execução em especial nos institutos federais.

Prevista pelo documento de base do PROEJA, a concepção de ensino médio/profissionalizante destinada ao público da EJA deverá ser igual a destinada aos adolescentes, apesar de apresentar metodologia, material didático e estratégias pedagógicas específicas para cada um desses grupos. Dentro desta perspectiva, pensar o ensino médio integrado, seja ele destinado a adolescentes ou a jovens e adultos, é considerar as disciplinas duras e humanas em nível igual de importância e necessárias ao desenvolvimento integral dos indivíduos. Nesse sentido, a discussão visa romper com a dicotomia instaurada, na perspectiva de buscar uma formação integral, sem separar o que é geral e o que é específico. Apesar desta separação entre disciplinas propedêuticas e disciplinas técnicas permearem todas as discussões do



ensino médio integrado independente da modalidade, no PROEJA, ocorre uma maior hierarquização na formação com ênfase instrumental, em detrimento dos aspectos gerais. Em virtude desta diferenciação do ensino médio integrado oferecido a adolescentes e o ensino médio integrado na modalidade PROEJA temos uma distribuição diferenciada de carga horaria, menor nas disciplinas propedêuticas da EJA e maior no ensino médio integrado. As práticas pedagógicas que propiciem essa articulação exigirão que haja uma integração entre os conteúdos e as vivências dos sujeitos para os quais se destinam. Contudo, as dificuldades enfrentadas pelos professores de EJA e gestores educacionais apontam a necessidade de refletir sobre as práticas pedagógicas que devem ser desenvolvidas para atender com qualidade essa demanda. Um dos entraves da qualidade da educação ofertada aos jovens e adultos é a perspectiva docente de perda de prestígio da Instituição formadora. Segundo Moura (2008, p.10), a prática docente difere nos diferentes níveis e modalidades de ensino, assim como demanda formação apropriada considerando cada especificidade dessa atuação. Ainda segundo o autor, as práticas para atuarem na modalidade EJA na Educação Profissional devem considerar os seguintes eixos: área de conhecimentos específicos; formação didático-político-pedagógica; diálogo constante de ambas com a sociedade em geral e com o mundo do trabalho. (MOURA, 2008, p. 15).

Além das questões acima descritas, as contradições continuam e se destacam na relação dual entre a educação básica e profissional oferecida no Brasil, marcada pela educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes, e a educação profissional dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de atender aqueles que não tinham condições sociais satisfatórias. Os debates acerca da educação profissional e mais especificamente, acerca do educador para a educação profissional, tem sido recorrentes e podem ser percebidos na separação e distinção entre profissionalização e escolarização (visão dissociativa) ou como a “soma” da profissionalização com a escolarização.” (ARAÚJO, s.d, p. 6). Essa visão também repercute na prática docente, na opção metodológica e tem seus desdobramentos na formação dos alunos do PROEJA que, por sua vez, não tem sua especificidade atendida, e acabam estudando sem motivação e muitas vezes desistem do processo de escolarização e formação profissional



A necessidade de experiência de formação docente continuada é fundamental na superação da dicotomia entre formação propedêutica e profissional, oportunizando aos docentes e demais profissionais envolvidos discutirem em conjunto as propostas de formação da EJA. Segundo Machado:

A maioria dos cursos de formação de professores nos prepara para atuar com o aluno ideal e - por que não dizer? - irreal. Aprendemos os conteúdos de nossas áreas, conhecemos algumas ferramentas pedagógicas e metodológicas, mas estamos longe de pensar a realidade concreta da escola na qual iremos atuar. (2009 p. 30)

Uma proposta pedagógica nascida da necessidade dos docentes e profissionais envolvidos tem a possibilidade de superação desta formação para o aluno ideal do qual Machado (2009) nos fala, apontando para despertá-lo para o aluno real que permeiam nossas salas de EJA.

Esses alunos reais, os discentes do curso a ser analisado, têm histórico de abandono da escola, não continuaram seus estudos na idade regular e não tiveram acesso ao Ensino Fundamental na idade apropriada. A necessidade de ajudar na renda familiar potencializou o abandono da escola para trabalharem. Entretanto, ao deparar-se com um mercado de trabalho com baixos salários ou até mesmo com o desemprego, retornam à escola, como possibilidade de salvação da sua condição precária, acreditando que a mesma poderá trazer melhoria na qualidade de vida, salários mais elevados e empregos efetivos. Assim, mantêm expectativas de uma formação educacional com qualificação profissional.

Prestes (2009, p. 36-37), nos diz que “não tem como negar que nem alfabetização/escolarização e nem a qualificação profissional são condições suficientes para assegurar ao trabalhador ingressar no mercado de trabalho, permitindo melhorar as suas condições de vida e de trabalho.” Isso, porque a autora entende que na EJA é necessário pensar em ações que auxiliem ao jovem e ao adulto resolverem seus problemas e de sua comunidade. Neste caminhar, é imprescindível que os cursos ofertados, para além da formação técnica, do ensinar a como fazer, ampliem a capacidade de se perceber como sujeito social, capaz de compreender o seu ser e sua razão de estar no mundo.





É importante compreender que o adulto, objetivo principal desta modalidade de ensino, não é um sujeito pronto, acabado, fechado em si, por conta do tempo de vida ou da experiência. Enquanto ser humano, ser do inacabamento, o adulto também está em formação.

Em tempo, é importante compreender que os jovens inseridos nos cursos de EJA, também enfrentam a realidade da incerteza, da imaturidade e da busca pelo trabalho. A maioria dos jovens brasileiros estão ou estiveram inseridos no mundo do trabalho e estão preocupados com o desemprego, a violência e a droga, nesta ordem de importância. Além disso, são sujeitos excluídos dos processos de formação escolarizada, do emprego, além das tradicionais formas de exclusão por etnia e sexo (SPOSITO, 2003).

A implantação efetiva do PROEJA enfrenta muitos desafios e dificuldades, que, em grande parte, decorrem de algumas distorções do programa. O desafio pedagógico e metodológico é enorme por constituir uma ação inovadora, já que a rede federal de ensino tem tradicionalmente destinado suas ações a alunos com trajetórias regulares e reconhecido como de "excelência". Deparar-se, então, com jovens e adultos vindo de camadas populares e marcados por uma trajetória escolar cheia de interrupções trouxe consigo uma rede de dificuldades e percepções docentes diferentes.

Para Machado (2006):

O PROEJA busca de universalização da educação básica, de ampliação das oportunidades de qualificação profissional e de perspectivas de continuidade de estudos em nível superior a um público portador de escolaridade interrompida, fator limitador das chances de melhor inserção na vida social e no mundo do trabalho. (MACHADO, 2006, p. 38)

De acordo com dados fornecidos pelo SETEC/MEC sobre o número de matrículas, realizado em 2012 no último levantamento, o PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica na região Nordeste apresenta um total de 41.142 estudantes.

Os dados evidenciam que na região Nordeste há demanda por este tipo de oferta de educação e alto número de matrícula neste período. Entretanto, Atualmente, na Bahia dos 22 campus existentes, somente os campus de Salvador e Santo Amaro continuam a oferecer o PROEJA.



## METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa tenta esclarecer a percepção atribuída ao PROEJA pelos professores que atuam no programa por meio de uma abordagem qualitativa e análises do cotidiano e do discurso dos sujeitos.

Buscando atingir o objetivo apresentado anteriormente e levantar o máximo de dados segui os seguintes passos:

- Levantamento bibliográfico e documental
- Coleta de dados em setores do IFBA como a CORES, PROEN e a coordenação do PROEJA
- Elaboração e realização de entrevistas com os docentes do PROEJA

Iniciei a pesquisa a partir de um levantamento bibliográfico sobre o PROEJA. Analisei aspectos legais e políticas públicas (Andrade, 2004); Legislação da Educação de Jovens e Adultos (Parecer CEB n.º: 11/2000); Legislação do PROEJA (síntese dos Decretos Decreto n.º 5.478/2005 e Decreto n.º 5.840/2006) e o Documento Base do PROEJA (Brasil, 2007). Além de produções acadêmicas sobre o programa, incluindo teses de doutorado, dissertações de mestrado, livros, artigos, comunicações e resumos buscando verificar as vertentes em que o PROEJA tem sido analisado. A coleta de dados foi feita com professores que fazem parte do corpo docente da instituição de forma efetiva no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia e visamos fazer um diagnóstico da percepção dos docentes que integram a Educação Profissional e a Educação de Jovens e Adultos. Assim, do total de 18 entrevistados, 6 professores pertencem à área propedêutica e 12 à área técnica responderam à entrevista semiestruturada que apesar de iniciada com roteiro prévio foi modificada com o decorrer da pesquisa, gravada e transcrita pela pesquisadora com autorização dos participantes com o propósito de compreender, a partir dos discursos dos sujeitos pesquisados, as percepções deles sobre o PROEJA.

As questões trazidas pelos docentes foram agrupadas por assunto e apresentada a partir de três eixos: percepção docente sobre o PROEJA, sobre sua prática pedagógica e sobre os discentes. Os anseios e desafios enfrentados pelos professores do PROEJA apontam a necessidade de refletir sobre as práticas pedagógicas que devem ser desenvolvidas para atender com qualidade essa demanda. Um dos entraves da qualidade da educação ofertada aos jovens e



adultos é a perspectiva docente de perda de prestígio do IFBA. Segundo Moura (2008, p.10), a prática docente difere nos diferentes níveis e modalidades de ensino, assim como demanda formação apropriada considerando cada especificidade dessa atuação. Nesse contexto, as dificuldades para atuação na EJA pode advir de não considerar essa observância.

## RESULTADOS

A implantação efetiva do PROEJA enfrentou muitos desafios e dificuldades, que, em grande parte, decorreram de algumas distorções do programa e desconhecimento por parte dos professores. O desafio pedagógico e metodológico é enorme por representar uma ação sem histórico na rede federal de ensino. Deparar-se, então, com jovens e adultos vindo de camadas populares e marcados por uma trajetória escolar cheia de interrupções trouxe consigo uma rede de dificuldades e percepções docentes diferentes. Os professores relatam que um dos grandes desafios é oferecer uma aprendizagem crítica e significativa já que dentre os 18 professores que atuam na modalidade nenhum deles tiveram formação específica para a EJA e sentem-se inseguros na aplicação metodológica adequada. Relatam que a forma de acesso por meio de uma redação afasta o real perfil do público ao qual se destina a política. Afirmam que 80% dos alunos já possuem o ensino médio completo e inserem-se no curso visando melhor qualificação.

Esse trabalho buscou descrever as percepções dos docentes que atuam no PROEJA –IFBA Campus Santo Amaro desde 2010. Os docentes participantes da pesquisa avaliam o PROEJA como uma política em potencial porém que necessita de ajustes no que tange a sua efetivação administrativa, pedagógica e metodológica que se dá pela falta de conteúdo e formação docente. Nesse sentido, o presente trabalho pode contribuir para reflexão, transformação e adequação das práticas pedagógicas no PROEJA, porém com a certeza do inacabamento e que esta discussão não se encerra nesta pesquisa em razão de sua relevância e amplitude.



## REFERÊNCIAS

- BAPTAGLIN, Leila Adriana. **A APRENDIZAGEM DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: um levantamento das produções acadêmico-científicas brasileiras.** Disponível em:  
<[http://www.portalanpedsul.com.br/2012/home.php?link=grupos&acao=listar\\_trabalhos&nome=GT08%20%E2%80%93%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20Professores&id=107](http://www.portalanpedsul.com.br/2012/home.php?link=grupos&acao=listar_trabalhos&nome=GT08%20%E2%80%93%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20Professores&id=107)>. Acesso em: 03 jul. 2014
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, Formação Inicial e Continuada, Ensino Fundamental. Documento Base.** Brasília, 2007.
- CIAVATTA, Maria; RUMMERT, Sônia Maria. **As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada à formação profissional.** IN: Revista Educação e Sociedade. Campinas, v. 31, n. 111, p. 461-480, abr.-jun., 2010.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino Médio integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2010.
- GOLDENBERG, M. . **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** (pp. 1-112). 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- SANTOS, Simone Valdete. **O Proeja e o Desafio Das Heterogeneidades.** Salto para o futuro. Boletim 16. 2006.
- SPOSITO. Marília Pontes. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas.** Ação Educativa: São Paulo, 2003.